

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/05/2015 a 31/05/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

MDA anuncia investimentos de R\$ 95 milhões para apoiar a inclusão dos estabelecimentos da agricultura familiar no CAR – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/05/2015	4
MMA anuncia 20 milhões para Mata Atlântica. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/05/2015	5
Governo debate desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/05/2015	6
Mato Grosso: Ibama apreende tratores usados na derrubada de 2,6 mil hectares – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/05/2015	7
Projeto está recuperando áreas degradadas em assentamentos potiguares – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/05/2015	8
Famílias da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns recebem capacitação em agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/05/2015	8
Holandeses visitam a FAMATO para falar de projetos de sustentabilidade – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/05/2015	10
Produção agropecuária de Mato Grosso do Sul se destaca pela sustentabilidade – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 14/05/2015	11
Engenheira ambiental Marilene Ramos é a nova presidente do Ibama. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/05/2015	12
Em Brasília, Seminário debate impactos do consumo de agrotóxicos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/05/2015	13
Pressão da CONTAG faz MMA se comprometer com execução do CAR, Unidades de Conservação e Energias Renováveis – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/05/2015	15
Carioca que divide o tempo entre o Rio e o Xingu denuncia devastação em Mato Grosso. Ludmilla de Lima – O Globo, Rio. 17/05/2015	17
Maretti assume a presidência do ICMBio. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/05/2015	19
Agricultores ganham com novo marco da biodiversidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/05/2015	20
AL: Incra utilizará Zoneamento Agroecológico no aproveitamento de terras em bases sustentáveis – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/05/2015	21
Novo Código Florestal completa três anos. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/05/2015	22
Por que o Marco da Biodiversidade divide farmacêuticas e ambientalistas? Site do MST. 25/05/2015	23

Rede Bionatur promove encontro nacional de sementes agroecológicas e crioulas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/05/2015 ..	26
Incra e UFPA firmam acordo para manejo florestal comunitário na Amazônia Oriental – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/05/2015	27
Alimentação orgânica é tendência em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/05/2015	29
Produção orgânica garante permanência no campo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 28/05/2015	30
Orgânicos da agricultura familiar promovem a saúde da população – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/05/2015	31
AL: Viveiro preserva Mata Atlântica e estimula consciência ambiental em crianças assentadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/05/2015	32
Feirinha agroecológica da reforma agrária faz sucesso em campus universitário da Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/05/2015	33
Assentados inauguram feira agroecológica em São Miguel do Gostoso (RN) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/05/2015	34
Katia Abreu destaca liderança mundial do Brasil na proteção ambiental – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/05/2015	35

MDA anuncia investimentos de R\$ 95 milhões para apoiar a inclusão dos estabelecimentos da agricultura familiar no CAR – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/05/2015

Agricultores familiares de todo o País terão mais tempo para inscrever as propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em coletiva à imprensa, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, anunciaram a prorrogação do prazo no CAR por mais um ano. A ação, em caráter único, já estava prevista em lei e passa a valer a partir desta terça-feira (5).

Além do prazo, os produtores familiares poderão contar com o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural para a inscrição do imóvel no cadastro. “Vamos investir R\$ 95 milhões, para que os agricultores que recebem ou que vão receber a assistência técnica neste período possam ser cadastrados no registro ambiental. Nós vamos cumprir as metas que seguem essa prorrogação, porque queremos uma agricultura familiar sustentável e que conviva de forma saudável com a natureza”, ressaltou Patrus.

Até o momento, foram cadastrados 196.767.410 hectares, totalizando 52,8% da área esperada no registro. Das inscrições, 45% dos proprietários ou posseiros solicitaram voluntariamente o Programa de Regularização Ambiental (PRA), para recuperação dos passíveis ambientais. Além disso, do total de estabelecimentos cadastrados, 87% deles são da faixa de até quatro módulos fiscais, que é o limite de área para os estabelecimentos da agricultura familiar.

Em relação aos assentamentos da reforma agrária instituídos pelo Governo Federal, 4.425 já estão inscritos no Cadastro Ambiental Rural e 2.571 estão em processo de inclusão. Com isso, 722 mil famílias de produtores rurais passam a fazer parte do registro que é obrigatório aos produtores brasileiros.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, saudou a atuação do MDA e do Incra na inclusão dos assentamentos na base de dados do CAR. “Quero fazer o meu reconhecimento a toda equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. O Governo Federal cumpriu 100% do prazo, para o dia 5 de maio de 2015. Isso mostra um trabalho exitoso”, reconheceu.

Assistência Técnica e Extensão Rural e o CAR

Em 2015, serão investidos R\$ 310 milhões para Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Desse total, R\$ 95 milhões serão destinados, exclusivamente, dos estabelecimentos assistidos no CAR, entre os serviços prestados pelos agentes de Ater. Tanto as chamadas vigentes como as novas, lançadas em 2015, contemplarão, entre o conjunto de atividades, a inscrição da unidade produtiva no cadastro ambiental.

Com isso, serão 5,9 mil agentes distribuídos por todo o Brasil que apoiarão mais de 418 mil produtores rurais no cumprimento da lei. “Temos uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente que fará a capacitação desses agentes para a utilização do sistema do CAR”, explicou o secretário da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Onaur Ruano.

CAR

O Cadastro Ambiental Rural foi criado pela Lei 12.651/2012 e é um registro público eletrônico de âmbito nacional. O cadastro é obrigatório para todos os imóveis rurais do País e tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo a base de dados para monitoramento, planejamento ambiental e econômico e o combate ao desmatamento.

A prorrogação do prazo só pode ser feita uma vez e em igual período como determina a lei do Código Florestal. Isso significa que, até maio de 2016, os agricultores de pequenas, médias e grandes propriedades devem estar no registro ambiental.

O cadastro tem como base as informações de área apontadas no Censo Agropecuário de 2006, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MMA anuncia 20 milhões para Mata Atlântica. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/05/2015

Recursos são do Fundo Social do BNDES e vão contemplar propostas para aumento da cobertura vegetal, fortalecimento da estrutura técnica e gestão da cadeia produtiva. Inscrições vão até 3 de julho

A vegetação nativa brasileira entrará em processo de restauração. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, anunciaram nesta terça-feira (05/05), no Rio de Janeiro, financiamento de R\$ 20 milhões para projetos de recuperação da Mata Atlântica, reduzida atualmente a cerca de 22% da cobertura original.

Para a ministra Izabella Teixeira, a medida dialoga com os esforços do governo federal para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento que promoverá a regularização ambiental dos imóveis agrícolas do país. “O Brasil está entrando em uma nova era. Esse programa é apenas o pontapé inicial para um conjunto de políticas públicas voltadas para a recuperação ambiental”, avaliou.

PROJETO

A primeira fase do programa será voltada para a restauração de áreas de 200 a 400 hectares, não necessariamente contíguas, de Mata Atlântica. Não reembolsáveis, os recursos são provenientes do Fundo Social do BNDES, formado por parte dos lucros da instituição bancária. Outros biomas deverão ser contemplados nas etapas futuras do projeto, exceto a Floresta Amazônia, que dispõe de fundo próprio.

As propostas podem ser enviadas até 3 de julho e devem seguir as orientações dispostas no site do BNDES. Podem ser apoiados projetos em unidades de conservação de domínio público; em áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) constituídas voluntariamente; em áreas de Reserva Legal em assentamentos de reforma agrária e em territórios quilombolas; em terras indígenas reconhecidas pelo poder público e em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Entre os itens financiáveis, destacam-se a aquisição de sementes, mudas, insumos, máquinas e equipamentos, cercas, viveiros de espécies nativas, mão de obra, pesquisas,

estudos e serviços técnicos para a execução, manutenção e monitoramento da restauração, entre outros.

LIVRO

No lançamento da medida, foi lançado também o livro “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”. Organizada em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), a publicação detalha os resultados da experiência anterior do BNDES no apoio não reembolsável à restauração ecológica no bioma Mata Atlântica.

Desde a criação, em 2009, a Iniciativa BNDES Mata Atlântica (IBMA) apoiou 15 projetos para a restauração de 3 mil hectares de vegetação nativa, no valor total de R\$ 43 milhões. Em cerca de 1,8 mil hectares, foram iniciados os trabalhos de restauração. Para saber mais sobre os projetos, faça o download da publicação aqui.

Governo debate desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/05/2015

Destinada a gestores internacionais dos governos federal, estaduais e municipais, oficina discutiu, no Palácio do Planalto, a participação brasileira na definição de modelo inovador de crescimento

Realizada desde segunda-feira (4/5), no Palácio do Planalto, a terceira edição da oficina “Diálogos sobre a Agenda pós-2015”, destinada a gestores internacionais dos governos federal, estaduais e municipais, terminou nesta terça-feira (5/4), com ampla discussão sobre a nova agenda global de desenvolvimento sustentável. A atividade fez um chamado aos estados e aos municípios para ampliarem a participação na definição de um modelo inovador de desenvolvimento, que está em negociação na Organização das Nações Unidas (ONU).

Assunto da primeira mesa da oficina, a III Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, que ocorrerá no mês de julho, em Adis Abeba (Etiópia), definirá as fontes de financiamento para pôr em prática a agenda pós-2015. O chefe da divisão de política financeira do Ministério de Relações Exteriores, Paulo Elias, avaliou que o Brasil está avançado nas negociações sobre a nova arquitetura do financiamento para o desenvolvimento, mas há desafios.

Em seu discurso, Paulo Elias enfatizou que, para chegar aos padrões de investimento suficientes ao desenvolvimento sustentável, será preciso articular com os estados e os municípios, além das instituições de crédito, mercado financeiro e empresários. “Temos que promover um nível de desenvolvimento que corresponda às realidades locais”, destacou.

Também contribuiu com o debate o coordenador de programas do Fundo Mundial de Desenvolvimento das Cidades (FMDV), Carlos de Freitas. Ele defendeu novos mecanismos para garantir que a economia local financie o desenvolvimento nas cidades. “Acredito que o processo em Adis Abeba, aliado à definição dos novos objetivo de desenvolvimento sustentável e à Conferência Habitat 3, garantirá outro modelo de desenvolvimento”, defendeu.

QUESTÃO DO CLIMA

O papel das cidades no desafio global de reduzir os efeitos das mudanças climáticas também foi abordado. O assunto será tema 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), que ocorrerá, em Paris, entre novembro e dezembro deste ano, onde é esperada a adoção de um acordo global sobre a redução a longo prazo das emissões de gases do efeito estufa. Além dessas conferências, em Paris e em Adis Abeba, será realizada, em setembro, a 68ª Assembleia Geral da ONU, que lançará as Metas de Desenvolvimento Sustentável.

Para essa discussão, foram convidados os representantes dos ministérios das Relações Exteriores, Everton Lucero; do Meio Ambiente, Pedro Cristi; da Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável, Rodrigo Messias; e da Rede de Cidades e Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), Jussara Carvalho.

Mato Grosso: Ibama apreende tratores usados na derrubada de 2,6 mil hectares – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/05/2015

Por meio do método de “correntões”, proprietário de fazenda desmatou área equivalente a 2.600 campos de futebol. O homem é reincidente e foi multado em R\$13,4 milhões. Em 2014, o fazendeiro havia sido multado por desmatar ilegalmente essa mesma área.

(Fonte: O Eco)

Em Gaúcha do Norte, município do estado de Mato Grosso, fiscais do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreenderam sete tratores que haviam desmatado mais de 2,6 mil hectares, área equivalente a 2.600 campos de futebol. O dono da fazenda é reincidente e foi multado em R\$13,4 milhões. A apreensão foi feita durante a Operação Onda Verde, que combate o desmatamento ilegal na Amazônia.

Chegando ao local, na terça-feira passada (5), os fiscais encontraram um trator parado para conserto, além de outros seis, que estavam com os correntões pendurados, em mata recentemente derrubada.

O proprietário apresentou um laudo técnico de um engenheiro florestal, conforme prevê o Decreto 2.151 de 2014, que permite limpeza de áreas consolidadas no estado de Mato Grosso, porém o perímetro delimitado no documento abrange áreas que estavam em processo de regeneração, o que é ilegal.

O correntão é uma das maneiras mais eficazes para derrubar a floresta. Segundo o agente ambiental Sidivan Resende, com o auxílio do correntão, naquela área, cada dupla de tratores consegue desmatar o equivalente a 30 campos de futebol por dia.

Perda de tratores, tira meios de infratores

Além de multado pelo Ibama, o engenheiro florestal que emitiu o laudo será denunciado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) por uso indevido da profissão e ao Ministério Público Federal por falsa informação.

Em 2014, o proprietário da mesma fazenda havia sido multado por desmatar ilegalmente a área. Na ocasião, foram apreendidos 16 tratores em flagrante de crime ambiental, mas que acabaram sendo devolvidos pela Justiça.

Há informação de que tratores recolhidos nesta ação são reincidentes, ou seja, já foram usados em outras infrações. Se isso for provado, o proprietário perde a máquina.

Segundo Maria Luiza Gonçalves de Souza, responsável pela Coordenação de Operações de Fiscalização do Ibama (Cofis), a descapitalização do infrator é necessária tanto para desincentivá-lo quanto para impedir que ele volte a desmatar. "Sempre que temos bens apreendidos devolvidos ao infrator, corremos o risco que esses bens sejam novamente usados na prática criminosa", afirmou.

Projeto está recuperando áreas degradadas em assentamentos potiguares – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/05/2015

O projeto Vale Sustentável, financiado pelo Programa Petrobras Socioambiental, realiza nesta sexta-feira (8), no auditório do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Assú, no Oeste Potiguar, o Seminário Regional Vale Sustentável, com o tema "Educação e Desenvolvimento".

Por meio do projeto, cerca de 130 hectares de áreas degradadas de 12 assentamentos da reforma agrária da região do Vale do Assú, no Rio Grande do Norte, estão sendo recuperados com o plantio de 65 mil mudas nativas da Caatinga. O Projeto também incentiva o plantio de mudas frutíferas nos arredores das moradias dos agricultores assentados (“quintais produtivos”), forma agentes ambientais e uma rede de coletores de sementes nativas para a conservação da biodiversidade da Caatinga.

O Projeto tem recursos da Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, que desenvolve ações que articulam iniciativas que contribuem para o desenvolvimento de soluções e de alternativas transformadoras em conjunto com as políticas públicas do Governo Federal.

O Vale Sustentável é executado pela Associação Norte-Rio-Grandense de Engenheiros Agrônomos (Anea), em parceria com a Superintendência do Incra/RN, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), as prefeituras e sindicatos rurais de Assú e Carnaubais, além das associações comunitárias das comunidades beneficiadas.

Famílias da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns recebem capacitação em agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/05/2015

O Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) realizou, no período de 4 a 8 de maio, a 9ª Semana de Agroecologia, cuja maior parte das atividades foram realizadas em Santarém, Oeste do Pará.

A entidade aproveitou o ensejo do tradicional evento para inserir comunitários da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, que são atendidos com o serviço de

assistência técnica e extensão rural (ATER) contratado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“Se formos observar os planos de manejo e os acordos de utilização [da Resex], é agroecologia pura. Não está previsto usar muitos insumos, plantar grandes áreas... É para as famílias, realmente, praticarem a agroecologia e muitas delas já estão praticando”, informa Harald Weinert, coordenador da equipe de assistência técnica do Ceapac, ao explicar a participação de comunitários da Resex no evento.

Como experiências positivas na unidade de conservação, Harald Weinert menciona a criação de abelhas, consorciada à manutenção de espécies vegetais que favorecem a produção de mel, e o artesanato com palha de tucumã. “E já nos foi apresentado como demanda a necessidade de fazer plantios de tucumã para não acabar com os tucumazeiros nativos”, informa Weinert.

Dentre os desafios que se apresentam na Resex, na perspectiva da agroecologia, o coordenador de ATER do Ceapac cita o caso da pimenta do reino. “(...) Que é uma monocultura, mas que queremos diversificar essa produção junto com as famílias”, adianta.

Sistemas agroflorestais

O cultivo agrícola conjugado foi tema de atividade de campo, realizada no dia 7 de maio, na região do Eixo Forte, em Santarém, sobre sistemas agroflorestais. A proposta é combinar espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, gerando benefícios econômicos e ecológicos.

Vídeos com exemplos de sistemas agroflorestais em imóveis rurais do Pará foram exibidos. Em campo, os comunitários executaram as etapas de implantação desta forma alternativa de manejo do solo, congregando espécies como açaí, banana, pimenta, leguminosas e essências florestais.

Mel

Em Belterra, município vizinho a Santarém, também como parte da 9ª Semana de Agroecologia, comunitários da Resex Tapajós-Arapiuns participaram de oficina, no dia 6 de maio, sobre meliponicultura, que é a criação de abelhas sem ferrão.

Na oportunidade, foram abordadas técnicas de manejo de enxames e apresentados produtos derivados do mel com foco na comercialização. A oficina ocorreu num dos maiores meliponários da região.

Anteriormente, o Ceapac já havia promovido intercâmbio interno, entre comunidades da própria Resex Tapajós-Arapiuns, com o fim de compartilhar experiências sobre a criação de abelhas sem ferrão e a produção de mel e seus derivados.

Programação

Durante a 9ª Semana de Agroecologia (íntegra da programação), foram realizadas oficinas de campo e na sede do Ceapac sobre meliponicultura, sistemas agroflorestais e plantas comestíveis não convencionais. Produtos agroecológicos foram expostos numa feira.

Um seminário foi promovido para avaliar os resultados parciais no trabalho de assistência técnica e extensão rural do Ceapac nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns, além de explicitar os desafios para qualificar a produção.

O Ceapac executa contrato assinado com o Incra para assistir 742 famílias da Resex Tapajós-Arapiuns. O trabalho da entidade iniciou em fevereiro de 2014.

Além de 30 comunitários da Reserva Extrativista, divididos entre as localidades atendidas pelo Ceapac, participaram da 9ª Semana de Agroecologia estudantes de ensino superior, famílias de assentamentos e técnicos de outras entidades de assistência técnica.

Holandeses visitam a FAMATO para falar de projetos de sustentabilidade – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/05/2015

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO) recebeu nesta semana a visita de representantes do IDH, um instituto financiado pelo Governo da Holanda e outros órgãos que procuram auxiliar projetos e diálogos de melhoria da sustentabilidade de diversas cadeias produtivas do agronegócio mundial.

Na reunião foi abordado o Soja Plus, um programa de melhoria contínua da soja brasileira, organizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (SENAR-MT), Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) e Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). Uma das metas do programa é se tornar o maior programa de gestão de propriedade rural do país e preparar o produtor para atender as demandas de forma mais sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Segundo o presidente da Comissão de Meio Ambiente da FAMATO, Ricardo Arioli, os holandeses queriam mais informações sobre o projeto, pois o instituto IDH está presente nas discussões para transformar o Soja Plus no passaporte da soja brasileira para a Europa. "Eles têm a intenção de fazer algo a mais para ajudar nesse processo de sustentabilidade da cadeia produtiva. Inclusive sugeriram acrescentar outras cadeias, como a pecuária", informou Arioli.

A FAMATO possui um projeto, ainda em fase de elaboração, para adequar a pecuária às normas trabalhistas e leis ambientais, como no modelo Soja Plus, mas denominado Pecuária Plus.

Além da Famato, participaram da reunião representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (Sedec), do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) e da empresa de consultoria Agroicone, que deverá representar o IDH em Mato Grosso caso seja firmada alguma parceria. A data da próxima reunião ainda será definida.

A FAMATO é a entidade que representa 88 Sindicatos Rurais de Mato Grosso. Junto com o Imea e o Senar-MT, forma o Sistema Famato.

Produção agropecuária de Mato Grosso do Sul se destaca pela sustentabilidade – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 14/05/2015

A sustentabilidade é um dos temas mais debatidos na atualidade no Brasil. Em Mato Grosso do Sul, o cenário não é diferente, considerando que entre os setores econômicos o agronegócio é o que mais caminha em direção a uma produção que alia desenvolvimento e preservação. No caso da pecuária, por exemplo, em 15 anos enquanto o efetivo bovino caiu 10%, a produção de carne cresceu 36% no mesmo intervalo. A informação foi apresentada pela gestora do Departamento Econômico da FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de MS, Adriana Mascarenhas, nesta terça-feira (12), durante apresentação no CNAgro - Congresso Nacional de Inovações do Agronegócio, em Dourados.

Segundo Adriana, o resultado desproporcional entre o efetivo bovino e o volume de carne produzida durante o período analisado comprova que o produtor tem sido eficiente. "A tecnificação do segmento permitiu que o pecuarista produzisse mais, em menor espaço e menor tempo. Em 15 anos, a produção do Estado passou de 699 mil toneladas para 950,4 mil toneladas" afirmou, referindo-se ao percentual de crescimento do volume de carne produzido.

Durante o congresso, Adriana afirmou que a tecnologia é a base do desenvolvimento também da agricultura. "O avanço tecnológico permitiu o aumento da produção por hectare. Em nível nacional, se mantivéssemos a mesma produtividade de 1976, para se produzir 200 milhões de toneladas precisaríamos 159 milhões de hectares, mas fazemos isso hoje com apenas 57,4 milhões de hectares". Desde que foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, nas últimas 37 safras, enquanto a área cresceu 178%, a produção registrou um aumento superior a 1.366%.

A agronegócio responde por 22,5% do PIB nacional, com R\$ 1,09 trilhões, segundo a última apuração da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Especificamente em Mato Grosso do Sul, onde a vocação econômica passa pelo setor, a previsão é de que o PIB do agro cresça 7,5% em 2015.

Apesar do avanço, a especialista ressalta que é preciso produzir muito mais alimentos para atender a demanda global. "Seremos 9,2 bilhões de pessoas em 2050 e o Brasil é considerado um dos países que podem superar o desafio de produzir alimentos para o mundo. Hoje, mais de 800 milhões de pessoas não recebem quantidade de comida suficiente para levar uma vida normal e sadia, segundo dados da WFP - World Food Programme".

Sobre o evento - O CNAGRO - Congresso Nacional de Inovações do Agronegócio, começou no dia 11 e vai até esta quarta-feira (13), em Dourados. Participam do Congresso agricultores, pecuaristas, técnicos, analistas, gestores e pesquisadores que serão apresentados a diferentes dimensões do agro: novidades tecnológicas e científicas, preservação ambiental e estratégias que agregam valor ao produto. O evento é realizado pela Agron Portal e Revista, ANCP – Associação Nacional de Criadores e Pesquisadores, AEAGRAN - Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados e UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

Engenheira ambiental Marilene Ramos é a nova presidente do Ibama. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/05/2015

Especialista em gestão de recursos hídricos, nova dirigente assume o cargo com a missão de colocar o Instituto no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deu posse hoje à nova presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marilene Ramos. O tom da cerimônia foi o chamamento da equipe técnica para enfrentar os desafios brasileiros no atendimento às demandas do desenvolvimento econômico com a garantia da conservação ambiental, qualidade de vida e equilíbrio do planeta.

“Trabalhamos com gestão de resultados, para uma sociedade que paga R\$ 1,3 bilhão por ano para o funcionamento do Ibama”, afirmou Izabella Teixeira. Ela comentou que as demandas exigem ainda mais recursos, mas que os investimentos podem ser realizados por meio de parcerias, e citou ações desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente com o Ministério dos Transportes e muitas vezes com a participação de agências reguladoras do Governo Federal.

Em um auditório lotado não apenas por funcionários do órgão ambiental, mas por representantes de setores produtivos como a Petrobras, o setor elétrico, de saneamento e organizações não-governamentais, a ministra recomendou que a nova presidente dialogue com os diversos segmentos do País, citando o Ministério Público, o Congresso Nacional e governantes dos Estados.

Izabella Teixeira destacou também as conquistas alcançadas na gestão de Volney Zanardi, que é funcionário da Agência Nacional de Águas (ANA) e, antes de ser presidente do Ibama, atuou na Secretaria-Executiva do MMA.

Marilene Ramos disse que assume o cargo com o objetivo de colocar o Ibama no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável. “As políticas públicas e ambientais devem caminhar no mesmo rumo”. Ela é engenheira ambiental e especialista em gestão de recursos hídricos. Já foi presidente do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, secretaria de Estado do Ambiente e presidente da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas. Em 2008, ela recebeu o Prêmio Brasil de Meio Ambiente, categoria Destaque Estadual, conferido pelo Jornal do Brasil.

CONQUISTAS

Volney Zanardi esteve três anos à frente do Ibama. Um dos pontos de destaque de sua gestão foi a reorganização de procedimentos que resultaram em maior eficiência dos mecanismos de punição aos infratores (que tenham cometido danos ao meio ambiente), com impactos positivos na arrecadação, que passou de R\$ 255,7 milhões para R\$ 419 milhões, entre 2011 e 2014. Conquista que também foi reforçada pelo secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, enfatizando que o grande desafio é dar continuidade às mudanças já incrementadas.

Em Brasília, Seminário debate impactos do consumo de agrotóxicos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/05/2015

Nesta quinta-feira (14), a Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida realizou um Seminário sobre Agrotóxicos para discutir os impactos destes à saúde humana e ao meio ambiente. O evento ocorreu no Centro Cultural Brasília (CCB) e também teve como objetivo a articulação de atividades concretas que tragam a questão para debate nos estados.

(MST)

Estiveram presentes no seminário parlamentares federais como o Padre João (PT-MG), Marcon (PT-RS), Augusto Carvalho (SD-DF) e Alessandro Molon (PT-RJ), e estaduais, como o Edegar Pretto (PT-RS) e Marcelino Galo (PT-BA). Além de movimentos sociais, representantes da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Ministério da Agricultura (MAPA), Ministério da Saúde (MS), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério Público Federal (MPF), e vários outros seguimentos da sociedade civil organizada.

Segundo Nivia Regina, integrante da Campanha contra os agrotóxicos, o seminário vem para pautar o debate sobre os agrotóxicos e transgênicos de forma mais incisiva e articulada com outros setores.

“Este seminário foi fundamental para debatermos a conjuntura dos Agrotóxicos e transgênicos, bem como, quais as iniciativas tem sido construídas no marco legal para o enfrentamento desta pauta. Possibilitou conhecer e socializar as experiências realizadas no âmbito nacional e estadual. E ainda encaminhar algumas ações necessárias neste campo para fortalecer este enfrentamento na disputa política, a partir da ampliação do debate e também da articulação da campanha”, salientou Nivia.

O Brasil é o maior importador de agrotóxicos no mundo e com a maior taxa de crescimento das importações. A liberação do uso de sementes transgênicas foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exigem o uso de grandes quantidades destes produtos, principalmente pela cadeia produtiva do agronegócio, trazendo inúmeros impactos para a saúde humana e o meio ambiente.

De acordo o médico e doutor em toxicologia Wanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o agronegócio traz risco sanitário ocupacional e ambiental para a população brasileira.

“Os impactos vão desde acidentes de trabalho e agravos populacionais, como câncer e mutilações, a danos ambientais, como a contaminação da água, dos alimentos e desmatamentos. Ao adquirir o agrotóxico é levando em conta a eficácia e o custo dele, não seu nível de toxicidade. Hoje o glifosato, agrotóxico mais usado no país, é o que mais se encontra na água, porém é justamente o que foi analisado pelo Ministério de Saúde”, ressaltou Pignati.

Pignati é coordenador da pesquisa “Impacto dos Agrotóxicos na Saúde do Ambiente na Região Centro-Oeste”, realizada em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás entre 2007 e 2010, cujo estudo comprovou a contaminação do leite materno por agrotóxicos no município Lucas do Rio Verde, que passou a integrar a pesquisa por conta de um acidente por pulverização aérea que contaminou a cidade em 2006.

Embora o crescimento da liberação de agrotóxicos no Brasil venha ocorrendo desde 2005. Muitas sementes são resistentes ao glifosato. Com isso o agricultor planta a semente transgênica e pode usar esse herbicida, porque a planta não irá morrer, uma vez que é resistente ao glifosato, enquanto as chamadas erva daninha não crescem ali. Esse é o caso da semente resistente ao 2,4-D aprovada recentemente pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Para Leonardo Melgarejo, engenheiro agrônomo, mestre em Economia Rural e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), no caso da CTNBio, “o que está em jogo é uma questão política travestida de uma questão técnica. Precisamos melhorar a legislação, mas no mínimo tem que fazer com que ela se cumpra. Pois temos a CTNBio tomando decisões a favor das empresas e deixando de levar em conta as considerações de outros membros da comissão que alerta para os riscos dessas decisões”.

Seguindo a lógica da crítica com relação ao papel da CTNBio, a representante do Ministério Público Federal (MPF) Fátima Borghi, destacou que “a Comissão é um espaço para discutir o que tem acontecido, no entanto, tem sido apenas a passagem de aprovações de forma pragmática e de acordo com determinados interesses. O princípio da precaução e prevenção com essas decisões passa ao lado”.

Projeto de Lei 142/2014

No dia 05 de maio foi aprovado por unanimidade, na Câmara de Cascavel, o Projeto de Lei 142/2014, que regulamenta o uso de agrotóxicos e proíbe sua utilização nas proximidades de escolas, Centros Municipais de Educação Infantil, núcleos residenciais e unidades de saúde.

A proposta, de autoria do vereador e professor da Unioeste Paulo Porto (PCdoB), é fruto de um longo debate entre o mandato do parlamentar junto aos educadores, movimentos sociais do campo, 10ª Regional de Saúde do Estado e o Ceatox (Centro de Assistência em Toxicologia) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Paulo considera que esse projeto seja um avanço substancial para o município, pois existem poucas iniciativas no sentido de criar marcos regulatórios em relação à sua utilização dos agrotóxicos e sua população nunca discutiu essa questão na região. Portanto, o papel pedagógico que irá se cumprir é de fundamental importância.

“Hoje, devido ao projeto passou a ser um tema de debate municipal. A lei tem a vantagem de minimizar o efeito, em especial às crianças do campo, e de maneira mais global, levantar o debate que é fundamental para a cidade, mas que até hoje não acontecia”, comentou o vereador.

Porto ainda destacou a importância de realizar espaços nacionais como o seminário organizado pela Campanha. “É fundamental para que a gente consolide esse discurso

contra os agrotóxicos e para entendermos o que tem sido de maneira fragmentada em termos de legislação em outros locais do país para fortalecer essa rede”.

O último bloco de seminário discutiu proposta de ações que possam contribuir no avanço desse processo, como criar uma comissão para impulsionar e incentivar a efetivação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), organizar frente de atuação conjunta entre movimentos sociais, parlamentares e diversas outras entidades nos estados. Além de potencializar a audiência pública sobre o Projeto de Lei 293/2015, de autoria do deputado Valmir Assunção, que cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária e está em trâmite na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos deputados.

Pressão da CONTAG faz MMA se comprometer com execução do CAR, Unidades de Conservação e Energias Renováveis – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/05/2015

Após reconhecer o importante papel da CONTAG na mobilização para a implantação do CAR, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, assumiu o compromisso de acompanhar todos os casos de denúncias que vêm dificultando o acesso dos agricultores/as familiares ao CAR nos estados.

Outro compromisso foi o de criar um Grupo de Trabalho com representantes da CONTAG e do Ministério do Meio Ambiente para acompanhar a real situação das Unidades de Conservação e Proteção Ambiental em todo o Brasil. A ministra ainda se comprometeu com a Comissão de Negociação do 21º GTB 2015, formada pelo secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antoninho Rovaris, dirigentes das Federações e assessores da Confederação, em: Traçar estratégias que garantam a produção de energia renovável. “Quanto à energia solar estamos dialogando com uma equipe de chineses para traçar estratégias de sua utilização no campo. Aproveitamos para destacar que no Nordeste estamos desenvolvendo um Projeto piloto com aproveitamento de tilápia e bode. O projeto já está sendo testado em 15 municípios do NE e logo vamos repassar para o MDA”, destacou a ministra.

Izabella Teixeira, ainda firmou o compromisso de verificar um Plano de Convivência no Monumento de Proteção Ambiental Pontões Capixabas no Espírito Santo.

Reivindicações da Comissão feitas pela Comissão do GTB 2015

* Precisamos repensar e traçar conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente, um Plano de Execução do CAR daqui para frente;

* É necessário criar um novo Programa que busque mecanismos com agentes financeiros focados em uma nova modalidade que garanta a manutenção das famílias utilizando as energias renováveis; *No semiárido precisamos utilizar captação de energia solar para gerar renda para o meio rural;

* O MMA precisa usar a mídia para conscientizar sobre a importância do CAR;

* No Espírito Santo as empresas de consultoria do estado estão cobrando hoje no cerca de 6 mil reais para fazer a vistoria do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas propriedades dos Agricultores/as Familiares. Sendo que para as pequenas propriedades estão isenta de pagamento;

* Denunciamos que no Espírito Santo que em uma área onde vivem 3 mil famílias pomeranas foi transformada em Monumento de Proteção Ambiental Pontões Capixabas, deixando cerca de 16 mil pessoas que não podem fazer nada sem a permissão da ICMBio;

* Reivindicamos que o MMA desburocratize a extração de palmito do Sul do Brasil feita pelos Agricultores/as Familiares.

Pontos da pauta do 21º GTB que dialogam diretamente com a Sustentabilidade Ambiental das Unidades Familiares e das Unidades de Conservação e Proteção Ambiental

*Criar fundo ambiental, com recursos financeiros de royalties das empresas, para reparação aos impactos ambientais sofridos pelos estabelecimentos familiares, nos municípios atingidos pelos grandes projetos de infraestrutura e exploração mineral. O fundo dever ser gerido de forma paritária entre governo e sociedade civil por meio das entidades representativas da agricultura familiar;

*Implementar a Política Nacional de Agroecologia e Produtos Orgânicos (PNAPO) por meio de pagamentos diferenciados produtos oriundos da agricultura familiar;

*Disponibilizar recursos orçamentários para o plano plurianual para a realização do CAR e promoção da recuperação dos passivos ambientais;

*Incluir valor adicional nas políticas públicas existentes (PNHR, PAA, PNAE, GARANTIA SAFRA, PRONAF) a fim e cobrir os custos relativos a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). 7.5. Aprovação de mínimo 20% de todos os Planos de Manejo Florestal Comunitário e Familiar protocolados nos órgãos ambientais federais;

*Promover o levantamento de informações das unidades de conservação no tocante ao passivo fundiário, conflitos, número de famílias afetadas, planos de manejo, a fim de elaborar planejamento de alternativas de soluções;

*Criar linha de crédito de até R\$ 150.000,00, com prazo de 15 anos, com 80% de rebate para incentivar a geração de energia renovável (a exemplo da eólica, solar e etc...), com recursos oriundos do MME (Ministério de Minas e Energia), Ministério de Meio Ambiente (MMA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);

*Criar entre órgãos federados programa de pagamento por serviços ambientais, especialmente aqueles relacionados com a proteção e conservação de recursos hídricos, para tanto regulamentar o Art. 41 do Código Florestal; 7.9. Realização dos Planos de Manejo das Reservas Extrativistas (RESEX) por meio de articulação institucional dos agentes federados;

*Construir a Política Nacional da Agricultura Familiar considerando o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, garantindo o marco legal adequado e o financiamento das ações, com a inclusão de suas diretrizes nos Planos Plurianuais. Tal política deverá prever, em especial, as seguintes condições.

Carioca que divide o tempo entre o Rio e o Xingu denuncia devastação em Mato Grosso. Ludmilla de Lima – O Globo, Rio. 17/05/2015

Formada em história na PUC, Maria Eduarda Souza apaixonou-se pela causa indígena e acaba de voltar de um fórum na ONU

RIO — “Estou no Xingu para a revitalização da Escola Mavutsinín. Retorno dia 13 de abril. Conexão limitada até meu retorno”, avisava em março uma resposta automática enviada pelo correio eletrônico da historiadora carioca Maria Eduarda Souza. Na mensagem, ela terminava com um “ekatu nekopy — obrigada em tupi kamayurá”. No fim de abril, ainda era impossível um contato pessoal com Duda no Rio. Por e-mail, ela dizia que a entrevista só poderia ocorrer em maio, já que viajara direto do Xingu para Nova York, onde participava do Fórum Permanente para Questões Indígenas na ONU. Seu papel era de assessora do Cacique Kotok Kamayurá, representante no encontro de 16 povos do Xingu. Coube a ela traduzir nas Nações Unidas uma denúncia sobre a degradação ambiental, o uso de pesticidas e o avanço do agronegócio em volta das terras indígenas em Mato Grosso.

Duda completa nesta segunda-feira 25 anos. Há seis, pisou pela primeira vez no Xingu e assistiu a uma cerimônia do Quarup, de lutas e danças em homenagem aos mortos. Foi como uma iniciação. Ela diz que, desde então, é outra pessoa. Este ano, Duda passou metade do tempo ao lado dos kamayurás, povo com o qual mantém uma relação familiar. Quando está no Rio, trabalha na articulação de projetos para a Aldeia Ipavu (do povo kamayurá), por meio da organização que criou no ano passado, a Terra Comum. À frente do instituto e usando a ferramenta de financiamento coletivo, conseguiu viabilizar recursos para a reforma — com técnicas de bioconstrução — da escola kamayurá.

Foi seu primeiro projeto grande e que envolveu o engajamento de outras pessoas. Essa história ela conta durante entrevista numa sala do espaço Templo, de coworking, na Gávea. No papo, ela esboça um ar de felicidade ao revelar que, desde o fim do ano passado, quando está na aldeia, dorme na oca da família do cacique Kotok, onde vivem de 30 a 40 pessoas. O convite do chefe foi como uma prova de aceitação.

— Sempre ficava no alojamento para visitantes. Mas o cacique me convidou e concluí que era a hora. Fiquei alguns dias e me senti da família. Hoje ele me chama de minha filha — relata Duda, contando também que recebe cuidados de filha de uma das três mulheres do cacique.

Na aldeia, Duda também virou exímia pescadora de tucunarés:

— Na aldeia, me desprendi de coisas pequenas. Aprendi a dormir em rede e a me alimentar de um jeito que me agrada muito (saudável, à base de biju, tapioca e peixe). Lá o tempo é outro, as pessoas falam devagar. Isso é uma mega lição.

'RADICAL E GUERRILHEIRA'

Ex-aluna da PUC, no Rio seu endereço é Botafogo, onde vive com a mãe, a advogada Andreia Gomes, o padrasto, o arquiteto Paulo Guimarães, e duas irmãs mais novas. Diz que herdou do pai, o administrador Eduardo Souza, a paixão pela natureza. Ela mede as palavras ao tratar da questão indígena, porque não quer “ofender ninguém”. Contra qualquer risco de ser vista como “menina lourinha da Zona Sul”, rebate, definindo-se como “radical e guerrilheira”. E pede espaço para falar de temas polêmicos como a PEC 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a aprovação da demarcação de terras indígenas.

— O Xingu está se tornando uma ilha de florestas rodeada por fazendas que geram impactos negativos para a qualidade da água, do solo e do ar. E que provocam ainda o assoreamento de rios — afirma, batendo mais. — O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Nosso país está sendo envenenado e a sociedade civil parece não enxergar. A aprovação do Novo Código Florestal, em 2008, a PEC 215 e outros projetos de lei ameaçam os direitos de todos nós.

Sua primeira vez no Xingu foi como um despertar. Aos 18 anos, viajou para a região ao lado do padrasto. Ele visitava terras limítrofes ao parque nacional indígena, das quais virou sócio e que hoje são destinadas à preservação. A incursão envolveu a ida às aldeias Yawalapiti e Kalapalo. Foi o suficiente para Duda estabelecer um norte para sua vida. De volta ao Rio, começou a pesquisar sobre o Quarup e o Xingu. E a curiosidade evoluiu para novas conexões, leituras e amizades.

— Foi uma vocação natural que ela descobriu. Diria que acidentalmente — diz o padrasto, cujo pai foi presidente da Funai. — É um caminho que não seria a escolha óbvia de uma jovem com o perfil dela.

O processo de aprendizado inclui uma viagem de seis meses a Botsuana, na África, onde acompanhou uma ONG que atua em projetos de capacitação em comunidades locais. As escolhas de Duda nem sempre são fáceis para a família:

— Qual mãe não ficaria preocupada com a filha, que, em vez de estar na Praia do Leblon, está reformando uma escola no Xingu? E sem telefone, sem e-mail? — questiona Paulo.

Foram muitas viagens à Aldeia Ipavu até conquistar a confiança do povo e conseguir desenvolver projetos em apoio. A distância cultural e o quão delicada é essa aproximação podem ser medidos pela peregrinação que Duda enfrenta para chegar lá: um voo para Brasília, 16 horas num ônibus noturno até a cidade de Canarana, mais três de caminhão e outras seis de barco.

Maria Paula Fernandes, diretora da ONG Uma Gota No Oceano (da qual Duda já foi voluntária), lembra que a jovem abraçou a causa antes mesmo dos protestos de 2013:

— Renovo meu entusiasmo ao ver uma menina Zona Sul, linda, loura, e com todos os recursos para se deixar levar pela alienação, se encantar e trabalhar com a cultura indígena — diz. — Como não é uma especialista, pode incorrer num erro ou outro na forma de atuar. Mas é pessoa de coração e interesse enormes.

A historiadora faz muitos planos. Quer continuar no trabalho de campo e pensa em cursar um mestrado em antropologia. Mais adiante, gostaria de estar numa organização maior para concretizar seus projetos, como o da aldeia autossustentável, e ser uma porta-voz da causa.

— Para entender toda essa dedicação e amor, para sentir na própria pele, só indo lá (no Xingu) — manda o recado Duda, que parece ter incorporado o espírito guerreiro da sua tribo na defesa do que acredita: — Sou casca grossa, não estou de brincadeira.

Maretti assume a presidência do ICMBio. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/05/2015

“Precisamos fazer uma aliança estratégica para dar visibilidade à biodiversidade”, disse a ministra Izabella Teixeira, sugerindo que o novo presidente busque recursos financeiros fora do orçamento da União.

O novo presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Cláudio Carrera Maretti, tomou posse na tarde desta quinta-feira (21/05), na sede da autarquia, em Brasília, em substituição a Roberto Vizentin. Durante a cerimônia, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, elogiou a renomada trajetória profissional de mais de 30 anos de Maretti na área de conservação de áreas protegidas e destacou as prioridades de gestão ao novo presidente.

“Precisamos fazer uma aliança estratégica para dar visibilidade à biodiversidade”, disse Izabella, referindo-se ao trabalho que deve ser integrado com Ibama e as Secretarias de Biodiversidade e Florestas e Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ela sugeriu que o novo presidente busque recursos financeiros fora do orçamento da União, por meio de projetos junto a órgãos internacionais de financiamento ambiental.

MISSÃO

“Acredito que posso contribuir para essa missão, mas só com o apoio da casa e da sociedade. Sozinho, não farei nada”, declarou Maretti. “Minha decisão, ao aceitar o convite, não foi racional. Meu corpo e minha alma já tinham aceitado. Parece que tudo que fiz até agora foi me preparar para chegar até aqui”.

Cláudio Maretti é gestor ambiental e trabalha com áreas protegidas e manejo do meio ambiente e de conservação há mais de 30 anos. Formado como geólogo em 1981, concluiu mestrado em Engenharia Geotécnica em 1990 (zoneamento da Região Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia) e doutorado em Geografia Humana em 2002 (gestão territorial comunitária no Arquipélago dos Bijagós, África Ocidental). Vem trabalhando com projetos de apoio a comunidades locais, incluindo Patrimônio Mundial, Reservas da Biosfera e demais atuações internacionais.

Seus trabalhos se concentraram no Brasil (zona costeira, Mata Atlântica e Amazônia), na América Latina (Galápagos e Pan-Amazônia) e na África Ocidental (arquipélago dos Bijagós e zona costeira da Guiné Bissau). É membro de Comissões da UICN, inclusive da Comissão Mundial de Áreas Protegidas, da qual foi vice-presidente regional, de 1997 a 2004, e ponto focal para o Brasil.

O ICMBio, autarquia criada em 2007, é responsável pela gestão de 320 Unidades de Conservação federais, pelo reconhecimento de 647 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e por 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação. Estes tiveram participação estratégica no maior diagnóstico nacional de espécies ameaçadas da fauna, coordenado pelo órgão.

Agricultores ganham com novo marco da biodiversidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/05/2015

Muitos produtos disponíveis no mercado como fármacos e cosméticos são elaborados com componentes da biodiversidade brasileira. Antes do novo marco legal da biodiversidade, sancionado ontem (21) pela presidenta Dilma Rousseff, a repartição dos ganhos obtidos pelas empresas que patenteavam fórmulas comerciais era praticamente impossível. A nova lei garante a indígenas, quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, entre outros, parte dos benefícios gerados a partir dos conhecimentos tradicionais que eles detêm.

A legislação vai facilitar o acesso de empresas e pesquisadores ao patrimônio genético brasileiro. Isso porque cria um banco nacional de registros para pesquisas que dependam de recursos genéticos. Ao mesmo tempo, garante que, caso haja exploração comercial de produtos, os benefícios sejam repartidos com os provedores de conhecimento tradicional associados. “Quem defende a propriedade intelectual tem que defender a propriedade dos povos tradicionais”, afirmou a presidenta Dilma, na cerimônia de anúncio do novo marco.

Vetos

A presidenta Dilma Rousseff vetou seis artigos do texto original. Dois, especialmente, contemplam preocupações de representantes de povos e comunidades tradicionais.

Um dos trechos (artigo 17) vetados desobrigava a divisão dos lucros de produtos elaborados com componentes da biodiversidade que tiveram a pesquisa iniciada antes de 29 de junho de 2000, data de edição da primeira legislação sobre o tema. O veto impede qualquer tentativa de manipulação da regra geral de repartição de benefício.

Outro veto (artigo 19) retirou o dispositivo que indicava que a o usuário (empresa) indicaria o beneficiário dos benefícios indiretos (não monetários) pelo uso do bem genético. “Restringir ao arbítrio do usuário a indicação do beneficiário da repartição de benefícios no caso da modalidade não monetária pode levar a concentração desses benefícios em determinados grupos, em detrimento de outros”, justificou a presidenta Dilma.

Marco Pavarino, assessor do gabinete do ministro do Desenvolvimento Agrário, avalia que os vetos trouxeram maior equilíbrio entre os usuários e provedores de patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado no País. “São respostas às preocupações apresentadas pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e povos indígenas durante o processo de discussão da lei no Congresso.”, complementa.

Repartição

Um por cento da renda líquida obtida com a venda do produto acabado ou material reprodutivo oriundo do patrimônio genético deverá ser depositado no Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB). A União, que fará a gestão do fundo, repartirá os recursos. O objetivo é valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados, promovendo seu uso de forma sustentável.

Outra novidade é que as pesquisas envolvendo o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado não mais precisarão da autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo necessário apenas fazer um cadastro eletrônico.

O intercâmbio e a difusão de patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado praticados entre as populações indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, para seu próprio benefício e baseados em seus usos, costumes e tradições estarão isentos das obrigações estipuladas pela Lei.

Ficam igualmente isentas da obrigação de repartição de benefícios as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais, os agricultores familiares e suas cooperativas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

A partir de agora, começa o processo de regulamentação, que contará com a participação dos agricultores e dos representantes dos povos e comunidades tradicionais, conforme assegurado pela presidenta Dilma. “Nós garantimos condições de repartição para esse conhecimento e de absorção dos royalties gerados, pelo fato de que quem sabe como é que aquela planta funciona, ou o veneno da cobra ou, enfim, o que for usado como insumo, são os povos tradicionais e eles vão ser respeitados, eles vão participar do processo de decisão. Porque, na verdade, quem detém esse conhecimento é a comunidade.”

A legislação entrará em vigor 180 dias depois de publicada no Diário Oficial da União.

Povos e comunidades tradicionais:

Quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros, retireiros do Araguaia, entre outros.

AL: Incra utilizará Zoneamento Agroecológico no aproveitamento de terras em bases sustentáveis – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/05/2015

Os dados do zoneamento agroecológico de Alagoas e as ferramentas utilizadas na aplicação dos resultados foram apresentados por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Recife e Aracaju aos peritos agrários e técnicos de empresas de assistência técnica no seminário Obtenção: possibilidades produtivas na

perspectiva do novo fluxo, realizado esta semana pela Divisão de Obtenção de Terras da Superintendência do Incra/AL, em Maceió.

O estudo realizado pela Embrapa inclui o levantamento dos solos e seu potencial em toda a superfície dos mais de 27.700 quilômetros quadrados de Alagoas, com informações sobre a natureza e a distribuição espacial dos solos nas diferentes paisagens do estado e a aptidão climática nos anos chuvosos, regulares e secos para as culturas de algodão, cana de açúcar, feijão de corda, feijão comum, mamona, mandioca, milho e sorgo; além do potencial agroecológico para o uso com lavouras, silviculturas, pastagens e preservação ambiental; o potencial de terras para irrigação e os aspectos socioeconômicos.

De acordo com o coordenador do estudo e técnico da Embrapa em Recife, José Carlos Pereira dos Santos, o trabalho é detalhado e resultou em 167 mapas e 19 relatórios. “O zoneamento não é uma solução por si só, mas traz um retrato das condições de clima e solo para o melhor aproveitamento do potencial da região”, afirmou.

Para a superintendente regional do Incra/AL, Lenilda Lima, o zoneamento agroecológico é uma ferramenta indispensável nesse novo momento. “Estamos subsidiando nossos técnicos com todas as informações e ferramentas possíveis para esse novo passo na obtenção e uso da terra”, disse.

Novo Código Florestal completa três anos. Leticia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/05/2015

Cadastro Ambiental Rural e Programa de Recuperação Ambiental são os grandes desafios da nova legislação. Produtor está entendendo que adesão lhe dará maior segurança jurídica.

O novo Código Florestal completou, nesta segunda-feira (25/05), três anos de existência. A Lei 12.651/2012 modificou a anterior em vários artigos e trouxe novidades como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a “regra da escadinha” para compensação ambiental – que consiste em “tratar os desiguais de forma desigual” na hora de cobrar os passivos ambientais, como costuma definir a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, referindo-se aos pequenos proprietários de terra e agricultores familiares.

De acordo com o diretor-presidente do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Raimundo Deusdará, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem trabalhando para que os Estados, agora, cumpram as suas funções definidas na nova lei. “O novo Código Florestal trouxe a descentralização da gestão florestal no Brasil, destacando um papel preponderante para os estados”, disse. “A União elaborou as ferramentas necessárias para que os estados possam realizar a inscrição no CAR, além de apoiar os pequenos produtores com cursos e assistência técnica.”

PRORROGAÇÃO

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) está disponível no endereço www.car.gov.br e receberá adesões até 5 de maio de 2016. O prazo para a inscrição no

CAR, que venceu em maio deste ano, foi prorrogado por decreto da presidenta Dilma Rousseff pelo período de mais um ano.

“No meu entendimento, há cada vez mais interesse da sociedade em executar o novo código. Conseguimos superar a fase de contraditar a lei. A lei é um fato. Percebo o engajamento do terceiro setor, dos estados e dos municípios no esforço de implantação do código”, destaca Deusdará.

Segundo ele, existe mais clareza, atualmente, sobre os benefícios trazidos pela nova lei, como a segurança jurídica para os proprietários e posseiros, a legalização ambiental e o acesso ao crédito rural – que após maio de 2017 não será mais acessível ao produtor que não tiver realizado o CAR.

RECUPERAÇÃO

Em relação ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA), passo seguinte ao CAR, os Estados têm uma missão exclusiva e preponderante. “A União já fez os regulamentos relacionados às normas gerais e complementares”, explicou o diretor do SFB. “Agora, os estados precisam dar continuidade em relação à regulamentação estadual de cada PRA.”

No momento, o MMA está elaborando os novos instrumentos legais para regulamentar ações previstas no novo código, como o manejo e uso do fogo e o manejo florestal comunitário, por meio de novos decretos.

“Há perspectivas, ainda, de mais políticas públicas voltadas para a recuperação de passivos ambientais. Estamos em um diálogo com vários setores da sociedade sobre a recuperação ambiental, especialmente em ambientes com maior fragilidade, como bacias hidrográficas em situações críticas”, adiantou Deusdará.

O QUE É

O CAR é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental.

Ferramenta importante para auxiliar no planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas, o CAR fomenta a formação de corredores ecológicos e a conservação dos demais recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, sendo atualmente utilizado pelos governos estaduais e federal.

Por que o Marco da Biodiversidade divide farmacêuticas e ambientalistas? Site do MST. 25/05/2015

A nova Lei surge com a promessa de destravar a pesquisa científica, mas é questionada por ambientalistas e Movimentos Sociais

Da IHU On-Line

A nova lei - que substituiu uma antiga legislação mais burocrática - foi festejada pela indústria farmacêutica e criticada por ambientalistas e comunidades donas de conhecimentos tradicionais, como indígenas, quilombolas e extrativistas.

De um lado, o Grupo FarmaBrasil, que reúne laboratórios farmacêuticos brasileiros, estima que o novo marco vai gerar a "aplicação de R\$ 332 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novas drogas baseadas na flora brasileira até o final de 2016". De outro, comunidades tradicionais dizem que essa legislação ameaça seus direitos garantidos internacionalmente.

Regras internacionais preveem que esses grupos devem ser compensados no caso de seus conhecimentos sobre o uso de recursos naturais, como ervas ou secreções de animais, servirem para o desenvolvimento de produtos - é o caso, por exemplo, de uma combinação de ervas criada por um povo indígena que gere um medicamento ou cosmético.

Embora a nova lei estabeleça compensações, elas estão sendo consideradas insuficientes, já que o marco isenta pequenas companhias e produtores de insumos do pagamento. Apenas grandes empresas que venderem produtos finais, em que o elemento da biodiversidade brasileira tiver peso importante no valor do produto, deverão pagar as compensações.

"A legislação anterior era muito ruim, tão burocrática que não gerava negócios. Mas há tantas isenções agora, que o fato de haver mais negócios não significa que as compensações crescerão da forma como deveriam", argumenta Nurit Bensusan, assessora do Instituto Socioambiental, umas das organizações que critica o novo marco.

O governo e a indústria farmacêutica, por sua vez, argumentam que as isenções são necessárias para viabilizar economicamente o setor. Segundo a diretora-executiva adjunta do Grupo FarmaBrasil, Adriana Diaféria, o pagamento de compensações sobre produtos intermediários da cadeia encareceria esses insumos baseados em recursos naturais do país, estimulando sua substituição por itens equivalentes, gerados de outros materiais.

A administração de Dilma Rousseff sustenta que a nova legislação significará sim mais compensações, na medida em que facilitará a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos. Na cerimônia de sanção, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou que nos últimos 12 anos foram firmados apenas 136 contratos de repartição de benefícios - 80% deles nos últimos três anos - devido à antiga legislação. "Será reduzida a burocracia para o desenvolvimento de novos produtos. A biodiversidade começará a ser vista como ativo estratégico do desenvolvimento econômico", observou.

Ao sancionar o extenso marco, a presidente fez apenas seis vetos pontuais, divulgados nesta quinta-feira, que não afetam a essência do projeto. Entre eles, eliminou uma das isenções ao vetar o dispositivo que determinava que produtos gerados agora a partir de pesquisas iniciadas antes de 2000 não gerariam compensações.

'Ruindade'

Uma das lideranças das comunidades tradicionais, Manoel Cunha, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, diz que apesar de toda "ruindade", a nova legislação é melhor que a anterior.

Ainda assim, frisa que o novo marco não atende aos povos tradicionais em sua totalidade e se queixa do peso maior que as empresas tiveram ao longo do processo de negociação com o governo e o Congresso.

"Comemos mosca, fomos mais lentos do que as empresas. As empresa foram para dentro, colocaram todas a suas ideias e sua força política, e o governo conduziu (o processo) à luz delas", disse.

Cunha esteve na cerimônia de sanção da nova lei junto com mais 17 lideranças dessas comunidades que vieram à Brasília nesta semana para um seminário sobre biodiversidade. "Estávamos muito revoltados inicialmente, mas tomamos a decisão política de ir à cerimônia para negociarmos. Esperamos poder fazer uma regulamentação que possa dar uma cara mais de povos e comunidade tradicionais para essa lei que está muito empresarial", explicou.

Em seu discurso, Dilma disse que "as empresas, os representantes da academia e povos e comunidades tradicionais têm que participar em um processo em que o objetivo é tornar a regulamentação prática, ágil, eficiente e que garanta que todos ganhem".

Na abertura de sua fala, porém, deu especial destaque ao papel da indústria no processo de formulação da nova lei. Após citar inúmeras autoridades presentes, Dilma dirigiu "um cumprimento especial a uma pessoa que lutou bastante pela aprovação dessa lei, pelo envio dessa lei. Eu me refiro ao presidente da Febrapharma (Grupo Farmabrazil, na verdade), o (Reginaldo) Arcuri".

A proposta do marco foi construída dentro do Ministério do Meio Ambiente, com participação ativa da indústria farmacêutica, e depois encaminhada para apreciação no Congresso, onde as comunidades tiveram mais envolvimento nas discussões. Mas, embora os senadores tenham acatado sugestões desses grupos, elas foram derrubadas na votação da Câmara dos Deputados.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Franciso Gaetani, reconheceu à BBC Brasil que os povos tradicionais não tiveram tanta participação no debate de formulação do marco, mas disse que as críticas ao conteúdo da lei eram improcedentes e que a nova legislação beneficiava os grupos tradicionais.

Capacitação

Além de maior participação na regulamentação da lei, as comunidades cobram também a criação de um conselho de assistência com objetivo de qualificar esses povos no entendimento do marco, para que possam negociar os acordos com as empresas. Essa foi uma das propostas aprovadas no Senado, mas depois excluída na Câmara dos Deputados.

As novas regras modificaram a forma como empresas e cientistas dão início às pesquisas e firmam acordos com as comunidades. Agora, não é preciso mais autorização

prévia para pesquisar, mas apenas para comercializar produtos desenvolvidos ao fim desses estudos. Para iniciar pesquisas, bastará um registro eletrônico.

Já a autorização para comercialização do produto e o contrato de repartição de benefícios entre empresas e grupos tradicionais poderão ser firmados até um ano depois do seu lançamento no mercado - esse prazo visa dar tempo para que as companhias avaliem o potencial mercadológico do produto antes de fixar as compensações a serem pagas.

Os recursos vão diretamente para as comunidades ou para um fundo gerido pela União, dependendo do caso. Por exemplo, se o produto usar recurso genético da biodiversidade brasileira que não estava associado a um conhecimento tradicional, a compensação vai para esse fundo ou pode ser implementada diretamente pela empresa em forma de ações de preservação ambiental.

A regulamentação detalhará como se dará esse registro eletrônico. Nurit Bensusan, do ISA, defende que ele seja "bem completo" para garantir a rastreabilidade da pesquisa e dos produtos que sejam gerados.

O processo de regulamentação também deve abordar outro tema polêmico, que é a forma como serão negociados os acordos em caso de mais de uma comunidade possuir o conhecimento tradicional usado no desenvolvimento do produto.

Segurança jurídica

O modelo anterior de autorização de pesquisa, considerado mais confuso e burocrático, levou à aplicação de muitas penalidades sobre empresas e instituições acadêmicas.

Desde 2005, quando entrou em vigor um decreto regulando as sanções no caso de desrespeito dessas regras, o Ibama já aplicou mais de R\$ 230 milhões em multas, resultado de quase 600 autos de infrações contra instituições brasileiras e multinacionais.

Entre elas estão grandes empresas (Avon, Natura, Ambev, Boticário, Johnson & Johnson, L'Oréal, Unilever, etc), laboratórios e farmacêuticas (Pfizer, Abbott, Medley, Merck, etc); e até mesmo a Embrapa (estatal que faz pesquisas para o setor agropecuário) e universidades públicas (USP, UERJ, UFMG, UFRGS, UFPB, etc), que costumam recorrer das multas.

Adriana Diaféria, do Grupo FarmaBrasil, disse que o setor ficou "bastante satisfeito" com o novo marco, que trará "mais segurança jurídica para os investimentos".

Já a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - instituição que representa mais de 120 sociedades científicas - comemorou parcialmente a nova legislação. Se por um lado a comunidade acadêmica considerou positiva a desburocratização da pesquisa, de outro lamentou "o retrocesso aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais".

Rede Bionatur promove encontro nacional de sementes agroecológicas e crioulas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/05/2015

Cerca de 400 pessoas são esperadas para o 7º Encontro Nacional da Rede de Sementes

Agroecológicas - Bionatur que será realizado no assentamento Roça Nova, de 26 a 28 de maio de 2015, em Candiota (RS). A Legislação sobre as sementes e a gestão da certificação orgânica serão temas abordados no evento. Na programação, consta também a escolha da nova diretoria da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (Coonaterra) – que representa juridicamente a Bionatur.

Técnicos, professores, representantes de entidades como o Incra, Conab e ligadas à agroecologia foram convidados, além dos agricultores. Uma delegação de 10 pessoas do Uruguai estará presente para apresentar suas experiências com as sementes. O presidente da Bionatur, Alcemar Adílio Inhaia, diz que neste ano, o Encontro terá uma feira com produtos gaúchos e mineiros. “Cafê orgânico, rapadura e cachaça por assentados de Minas Gerais e pães, biscoitos, cucas, massas, melado e hortigranjeiros pelo nosso Estado”, menciona ele.

A Rede Bionatur

A Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur é uma organização de assentados da reforma agrária e produtores de sementes de diversas espécies, fundada em 1997 com 12 pessoas. Atualmente conta com 220 agricultores do RS e de MG, que se distribuem em 24 grupos fornecedores de 60 variedades de hortaliças, de flores, de milho e de forrageiras.

O cultivo também de 40 espécies de sementes crioulas, entre elas, as de melancia, tomate, milho e de feijão - que já estão sendo comercializadas, destaca-se na relação de produtos oferecidos. “Estamos organizando ainda variedades de abóbora, moranga, pepino e pimenta”, frisa o presidente da Bionatur.

Serviço:

O quê: 7º Encontro Nacional da Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur

Data: De 26 a 28 de maio de 2015

Local: Centro de Pesquisa e Produção Agroecológica (CEPPA) – PA Roça Nova (Candiota - RS)

Incra e UFPA firmam acordo para manejo florestal comunitário na Amazônia Oriental – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/05/2015

Com o objetivo de contratar serviços para a realização de atividades de manejo florestal comunitário em assentamentos da reforma agrária na Amazônia Oriental, o Incra e a Universidade Federal do Pará (UFPA) firmaram, na última sexta-feira (15), um Termo de Execução Descentralizada (TED).

O TED proporcionará condições para o fortalecimento de capacidades locais para a identificação e implementação de estratégia de gestão e manejo florestal comunitário sob governança local.

A proposta é a retomada de um processo em curso no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola-Jatobá, em Anapu (PA), a partir da avaliação dos impactos

sociais, econômicos e ambientais de cinco anos de execução do Plano de Manejo Florestal do PDS.

O projeto visa consolidar a transição do modelo de relação entre empresas e comunidades onde, as comunidades de agricultores familiares possam executar seus projetos de manejo florestal autonomamente, com o apoio do poder público.

A iniciativa inclui ações de caráter regional, em atividades de capacitação, planejamento, monitoramento e avaliação, contemplando de forma diferenciada, a situação específica do PDS Virola-Jatobá, além dos PDS Esperança, Itatá, Lajes e Castanheira II.

O projeto é fruto do trabalho coordenado e executado por professores pesquisadores da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA - Campus Altamira - e do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA, em colaboração com pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Amazônia Oriental e da Universidade Federal Rural da Amazônia, e de técnicos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazonia (Indesam), prestadora de assistência técnica e social às famílias dos PDS de Anapu.

Cerca de 140 famílias do PDS Virola-Jatobá serão beneficiadas diretamente pelo projeto. Indiretamente, 260 famílias do PDS Esperança e famílias dos PDS Itatá, Lajes e Castanheira II em municípios da região, passíveis de manejo florestal comunitário, também serão beneficiados.

Atividades planejadas

As atividades do TED terão um custo total de R\$ 1.632.536,05 e serão organizadas em cinco componentes.

O primeiro deles, com custo total de R\$ 101.665,26, dividido em dois anos, é a reativação e revitalização do Plano de Manejo Florestal do PDS Virola-Jatobá junto à Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará e definição de nova modalidade de gestão do mesmo, com governança local, incluindo a execução de atividades pela Cooperativa de Produtores Agrícolas, Orgânicos e Florestais do PDS Virola-Jatobá.

Com o maior custo de todo o TED, o segundo componente prevê o investimento de R\$ 1.240.610,04 na extração legal de madeira no PDS Virola-Jatobá, na safra de 2015, com governança local. Os recursos serão aplicados na aquisição de bens necessários para a operacionalização da atividade, como é o caso de um conjunto gerador de energia no alojamento situado no PDS, além de, veículos, motosserras, GPS, computadores e impressoras. O projeto também proverá recursos para reforma na infraestrutura de um alojamento e refeitório localizado na área de exploração florestal do PDS.

O terceiro, com custo total de R\$ 47.048,31, prevê a instalação de iniciativas para agregação de valor e aproveitamento de produtos florestais não-madeireiros no Plano de Manejo Florestal do PDS Virola-Jatobá.

Com custo total de R\$ 145.928,60, o quarto componente está voltado para a capacitação de assistência técnica florestal para associações e cooperativas nos PDS de Anapu e

municípios vizinhos em temas relacionados ao manejo florestal comunitário e à gestão e governança de recursos naturais.

O quinto componente prevê o investimento total de R\$ 97.283,84 na elaboração de critérios e diretrizes para a implementação de uma estratégia regional para a prestação de assistência técnica florestal e gestão de planos de manejo em áreas de assentamento ambientalmente diferenciados na Amazônia Oriental, assim como para subsidiar a integração com o setor privado mantendo-se a governança local.

Produtos finais

Com vigência de 18 meses, a partir da data de sua assinatura. Entre os produtos finais esperados com a parceria estão o Plano de manejo revisado e os Planos Operativos Anuais de 2015 e 2016 protocolados para o PDS Virola-Jatobá; a extração e comercialização de pelo menos 10.000 metros cúbicos de madeira; instalação e operação de três unidades de processamento de produtos florestais não madeireiros; realização de eventos de treinamento para pelo menos 120 produtores assentados nos PDS Virola-Jatobá, Esperança, Lajes, Itatá e Castanheira II; relatório com recomendações e diretrizes para uma estratégia regional para prestação de assistência técnica florestal e gestão de planos de manejo em áreas de assentamento ambientalmente diferenciados na Amazônia Oriental; e relatório com diretrizes para uma estratégia de integração positiva com o setor privado em projetos de manejo florestal comunitário em áreas de assentamento ambientalmente diferenciados na Amazônia Oriental.

Alimentação orgânica é tendência em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/05/2015

A procura por produtos orgânicos tem se mostrado como tendência em Mato Grosso do Sul, afirma o assentado e feirante José Roberto Oliveira, do assentamento Conquista, a 23 quilômetros da capital, Campo Grande. “Toda minha produção é vendida aqui na feira e nos bairros próximos ao nosso assentamento”, afirmou Oliveira.

A preocupação com a saúde levou a promotora de vendas, Lucineide Ximenes, a procurar na feira da Praça do Rádio Clubes alimentos de que precisa para ela e seu futuro filho. Grávida de quatro meses, ela quer ter a certeza de que está dando a seu filho o melhor. “Compro aqui porque acredito na qualidade dos produtos. É um pouco mais caro, mas saúde não tem preço”, garante Lucineide.

Gedimar Aragão, outro assentado com banca na feira da Praça do Rádio, não se arrepende da opção que fez pelos orgânicos. Desde 2009, produzindo saúde, como afirma, ele planta de tudo em seu lote no PA Conquista: pimentão, mamão, tomate, rúcula, alface, cheiro verde, abóbora, brócolis, milho, banana, maxixe, berinjela, jiló entre outros. “A crescente procura tem me motivado a investir cada vez mais. Já usei o crédito do Pronaf -A e agora vou pegar o Pronaf-C”.

Satisfação

Gedimar não esconde a satisfação com sua renda. “Tiro uns R\$ 7 mil por mês. Lá no

meu lote não falta nada. Tenho três hectares de área irrigada, barracão, trator, camionete, carro, duas motos. É uma verdadeira agricultura familiar, pois trabalhamos nós quatro, eu minha esposa e minhas duas filhas. Uma, a mais velha, Renata, 18 anos, já está no primeiro ano de agronomia. O que preciso mais”? Questiona o produtor.

Gedimar aproveita o jornal que vai embrulhar as verduras para uma cliente e comenta: “olha aqui, tá nos jornais, 70% dos alimentos produzidos no Brasil estão contaminados por agrotóxicos. É veneno que estão oferecendo à população. Não tem jeito, temos que escolher o que é melhor para nossa saúde”. Lucineide Ximenes, a futura mamãe, concorda.

A feira de produtos orgânicos dos assentamentos do entorno de Campo Grande, acontece na Praça do Rádio Clube toda quarta-feira, desde 2009, e conta com o apoio da prefeitura municipal de Campo Grande, Fundação Banco do Brasil, Inkra, e Sebrae.

Produção orgânica garante permanência no campo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 28/05/2015

Produzir alimentos e preservar o meio ambiente. O que antes era apenas uma ideia, hoje é a realidade de muitos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Produzir alimentos e preservar o meio ambiente. O que antes era apenas uma ideia, hoje é a realidade de muitos agricultores familiares e assentados da reforma agrária que optaram, por meio da agroecologia e da produção orgânica, levar às mesas dos brasileiros um alimento mais saudável – a partir do manejo sustentável dos recursos naturais, sem agrotóxicos e insumos químicos.

Para a Associação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Pré-Assentamento Chapadinha (Astraf), em Sobradinho, a escolha pela produção sustentável reflete a vontade de permanência no campo. “Estamos muito próximos de uma unidade de conservação ambiental, que é o Parque Nacional de Brasília. Por isso conscientizamos as famílias que fazem parte do nosso pré-assentamento a produzir sem agredir o meio ambiente”, conta o presidente da Astraf, Anaílido da Silva, 35 anos.

Das 44 famílias do Chapadinha, 28 já contam com a certificação de produtos orgânicos e os demais estão em fase de transição. “Hoje, 90% da nossa produção é orgânica. Estamos querendo cumprir com a nossa missão: ser uma entidade de produtores sustentáveis no Distrito Federal. Não queremos produzir por produzir, queremos ter a consciência da importância do alimento”, afirma.

Segundo Anaílido, o que desencadeou esse desenvolvimento foi o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e a parceria com a Fundação do Banco do Brasil e o Sebrae que implementaram, no pré-assentamento, unidades de produção agrícola conhecidas como mandala.

Comercialização

A associação comercializa em duas feiras na Ceasa, duas na região de Sobradinho e uma na Candangolândia. Além desses locais, os produtos da Astraf são vendidos para o

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, e para o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa-DF).

“No começo a nossa maior dificuldade era com a comercialização dos produtos, mas estamos superando isso por meio dessas feiras e programas de compras institucionais”, finaliza Anaído.

Conscientização

E para conscientizar os consumidores, o Governo Federal promove, de 24 a 31 de maio, a Semana dos Alimentos Orgânicos - evento realizado em 21 estados do Brasil e no Distrito Federal simultaneamente.

Orgânicos da agricultura familiar promovem a saúde da população – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/05/2015

Na casa de Maria Aparecida Soares, 43 anos, comida fresquinha e saudável, do café da manhã ao jantar, é uma regra seguida à risca pelo marido e os dois filhos. Do quintal de casa, uma propriedade de cinco hectares, localizada em Montes Claros (MG), sai grande parte dos alimentos consumidos pela família como manga, laranja, pinha, pimentão e rúcula – todos orgânicos. “A terra e a técnica são heranças dos meus avós. Na época que assumimos a chácara, quase tudo era plantado com veneno. Hoje a preocupação com a saúde é maior, tem mais informação sobre como plantar sem agrotóxico, as pessoas conhecem mais.”

Com apoio de profissionais extensionistas e de pesquisas feitas pelos filhos adolescentes na internet, Maria Aparecida conseguiu fazer a transição total há pouco mais de quatro anos. Além dos benefícios para a saúde, a agricultora familiar conta que os alimentos têm mais saída na feira onde comercializa a produção excedente. “Assim a gente come e comercializa sem peso na consciência.”

Assim como Maria Aparecida, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) acreditam que a agricultura familiar e agroecológica tem uma contribuição fundamental para a segurança alimentar. No Dia Mundial da Saúde, a OMS lançou o tema “Segurança alimentar, do campo à mesa”, quando o MS publicou e disponibilizou o livro Alimentos Regionais Brasileiros. Além de trazer alimentos típicos e receitas de cada região, a publicação dá dicas de como cozinhar com mais saúde, favorecendo o resgate, a valorização e o fortalecimento da cultura alimentar brasileira.

Do campo à mesa

Item bastante utilizado na cozinha de Maria Aparecida, a manga está entre as frutas tropicais de maior expressão nos mercados brasileiros e internacionais. Ela é a sétima cultura mais plantada no mundo e a terceira mais cultivada nas regiões tropicais, em aproximadamente 94 países. No Brasil, a fruta é típica da região Sudeste e ocupa a sétima posição na classificação mundial de produtores de manga.

A fruta é rica em carotenoides – substância que previne o câncer e a doença arterial coronariana, além de serem agentes antioxidantes e de estimularem o sistema imunológico - e carboidratos.

AL: Viveiro preserva Mata Atlântica e estimula consciência ambiental em crianças assentadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/05/2015

As crianças do assentamento Florestan Fernandes, em Matriz de Camaragibe, Alagoas, terão mais possibilidades de crescer e viver como agricultores porque semeiam hoje a qualidade de vida que terão num futuro próximo. Dezenas delas participam de um projeto de reflorestamento que une formação de consciência ambiental com recuperação e manutenção de áreas de proteção permanente e de reserva legal. Elas fazem o ensino básico numa escola pública no próprio assentamento e ajudam na organização de um viveiro de mudas florestais do bioma Mata Atlântica e de espécies frutíferas e de paisagismo.

O município fica na Mata Leste alagoana, a 75 quilômetros da capital, e tem outros dois assentamentos da reforma agrária.

“Essa decisão da comunidade, de querer preservar a natureza, vai criar condições ambientais para se tirar o máximo da agricultura, vai propiciar melhoria das condições de vida dos assentados e vai contribuir para garantir a permanência das próprias crianças e jovens no assentamento”, aposta o tecnólogo em gestão ambiental José Roberto Galdino. Ele e outros técnicos do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, que ganhou a chamada pública de assistência técnica do Incra para atuar na região, são responsáveis pela articulação do projeto com as lideranças locais.

A ideia surgiu na própria comunidade. Ganhou o apoio da assistência técnica e o interesse de crianças e jovens. Esses pequenos defensores da natureza participam com alegria do plantio e cuidado das sementes e mudas. E sabem da importância do que fazem. Gisele Verônica da Silva tem 10 anos e cursa o sexto ano. Com a muda de ingá em mãos, ela se dirige às margens de um riacho para fazer o plantio junto com os colegas e técnicos. Conta as coisas boas que já aprendeu, como cuidar das mudas e saber plantá-las. “O mais importante é que a gente aprende que não se deve poluir e se a gente reflorestar vai ter sempre muita água no assentamento”, diz.

“Aqui nós aprendemos a plantar, limpar e aguar”, explica o garoto Weverton Santos da Silva, de 11 anos. Evinho, como é conhecido, disse que não quer sair mais do projeto. “Eu tenho muitos amigos aqui e tenho irmãos também”, afirma o estudante do quinto ano. Como Gisele, ele também destaca a importância de se preservar os mananciais. “Se a gente replantar, sempre vai ter água”.

Nem sempre foi assim. É o que lembra o presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Florestan Fernandes. José Sebastião Aurélio da Silva, o Neném, é um dos incentivadores do viveiro e recorda a situação ambiental comprometida que as 42 famílias assentadas na fazenda Macapá encontraram nos quase 400 hectares desapropriados pelo Incra. “Aqui não tinha um pé de pau pra um passarinho cantar, mas as lideranças sempre se preocuparam em preservar e plantar e hoje é isso”, diz, apontando para as nascentes que rodeiam o viveiro. “A gente já tinha essa preocupação e agora, com esse trabalho mais organizado, o trabalho de preservação e de reflorestamento melhorou muito”, defende.

Água de qualidade

O assentamento Florestan Fernandes tem muitas áreas de preservação permanente. E, de acordo com informações da equipe ambiental do Incra, há mapeados oito nascentes e nove pequenos riachos. Ainda há o Riacho Macapá, um importante corpo hídrico, correndo em regime perene, cortando o assentamento e fornecendo água para diversos usos. “Trabalhos de recuperação e conservação de matas ciliares são muito importantes para garantir o estoque e a produção de água, em quantidade e qualidade”, afirma o engenheiro agrônomo Sérgio Roberto de Melo Souto, perito federal agrário que atua na equipe do Incra.

“A expectativa do Centro Zumbi e da associação é garantir a regularidade ambiental do assentamento, tanto nos aspectos legais técnicos como na melhoria da qualidade de vida e na formação de uma consciência social e ecológica”, afirmam os técnicos que compõem a equipe de assistência técnica. E eles já se sentem surpreendidos, pois a aceitação da comunidade e a própria experiência em preservação asseguraram o crescimento do projeto. A ideia inicial era a produção de duas mil mudas endêmicas da Mata Atlântica. Hoje, já são quatro mil mudas, e com diversificação. Há espécies frutíferas, de paisagismo e jardinagem e até algumas fitoterápicas.

Técnicos do Incra e do centro de assistência técnica atribuem à participação da comunidade o sucesso do projeto. Os resultados foram visíveis e imediatos e isso despertou o interesse dos assentados. O viveiro que também serve de escolinha ambiental fica no lote do vice-presidente da associação. Luciano Zeferino de Andrade tem 34 anos e é um dos fundadores do assentamento. Casado, com três filhos, ele sustenta sua família com o que colhe em seu lote. Produz laranja – com sementeira, até; banana, coco; tem uma criação de gado misto; um pouco de cana de açúcar em cerca de um hectare e, ainda, dez tanques para a criação de peixes.

Zeferino cedeu parte do lote para o projeto. E, mesmo com tanta produção em sua parcela, dedica parte de seu tempo para os cuidados com o viveiro de mudas e os ensinamentos às crianças. “Eu posso dizer que isso foi a melhor coisa que eu já fiz na minha vida, eu me sinto bem demais e muito feliz por saber que essa parte que eu faço vai ajudar todas as famílias do assentamento”.

Feirinha agroecológica da reforma agrária faz sucesso em campus universitário da Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/05/2015

Os produtos agroecológicos da reforma agrária fazem sucesso entre estudantes, funcionários e professores do campus universitário de Ondina, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), além do público das proximidades. A Feira Agroecológica da Reforma Agrária da UFBA comercializa hortaliças frescas (como rúcula, mostarda, couve e coentro), raízes, como aipim, além de frutas, entre outros produtos orgânicos.

A feirinha ocorre quinzenalmente há um ano. Trata-se da produção de 20 famílias de quatro assentamentos, próximos a Salvador, que fazem parte do projeto de extensão da universidade, ligado ao Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (Neppa), que presta assessoria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em 2014, foram realizadas 13 edições da feira. O assessor técnico, Felipe Campos, ressalta que já houve picos de cada família comercializar até R\$ 500. De acordo com os acompanhamentos do Neppa, só no ano passado, 67 itens diferentes foram vendidos na feira.

Início

Tudo começou em 2006 com o projeto de extensão das hortas agroecológicas. Os assentamentos contemplados foram Santa Maria, Nova Panema e Recanto da Paz, que estão localizados no município de Mata de São João, além do Paulo Jackson, que está no município de São Sebastião do Passé.

Segundo o mestrando em geografia, Diego Silva, que integra o projeto, as hortas objetivam o processo de formação e capacitação das famílias na produção agroecológica. De cada área de reforma agrária, cinco famílias trabalham numa horta agroecológica coletiva.

Contudo, com o crescimento da produção, desde abril do ano passado, foi iniciada a feirinha em Salvador devido à necessidade de escoamento da produção. “A feirinha comercializa produtos das hortas e da produção individual dos assentados que fazem parte desse projeto de extensão”, esclarece Diego Silva.

Galinheiros

Silva acrescenta ainda que houve a necessidade de adubação, o que conduziu a implantação de galinheiros e minhocários para as hortas. “Os galinheiros servem de fonte de adubação por meio dos dejetos e as aves consomem restos da produção”, conta ao explicar o ciclo orgânico do projeto. O geógrafo destaca também que as minhocas são fonte de proteína para as aves e produz humos para a horta.

Assentados inauguram feira agroecológica em São Miguel do Gostoso (RN) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/05/2015

Foi inaugurada, na noite desta quinta-feira (28), a Feira Agroecológica da Reforma Agrária de São Miguel do Gostoso, município turístico do litoral potiguar, a cerca de 102 quilômetros de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Na feira - que acontece a cada 15 dias, das 18h às 22h, na Rua dos Camboeiros, 245, no Centro da cidade -, serão comercializados os alimentos e peças de artesanato produzidos em 12 assentamentos dos municípios de São Miguel do Gostoso, Touros e Pedra Grande, na região do Mato Grande.

A organização da feira é do Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades (Idec), entidade contratada pela Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Norte para executar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos 12 assentamentos, beneficiando 945 famílias assentadas.

De acordo com a assistente social e coordenadora-geral do Idec, Maria Lúcia da Cunha, a produção destes assentamentos era comercializada até o mês de abril em Natal, em uma feira realizada quinzenalmente, nas manhãs de sexta-feira, durante pouco mais de um ano, no Espaço Cultural Rui Pereira - popularmente conhecido como beco do Zé

Reeira -, na Cidade Alta. “A feira de Natal ficava muito distante dos assentamentos. Nós tínhamos que começar a passar nos assentamentos por volta da 1h da madrugada ou disponibilizar alojamento para os assentados que comercializavam na capital. Então, surgiu a ideia de transferirmos a feira para São Miguel do Gostoso”, explicou Maria Lúcia.

Para conquistar clientela para a nova Feira Agroecológica, o Idec usou um carro de som para divulgação e visitou hotéis e pousadas de São Miguel do Gostoso. Os primeiros clientes da feira foram recebidos, nesta quinta-feira (28), ao som de forró pé-de-serra.

Para Maria Lúcia, também é importante manter os clientes da feira que era realizada em Natal. “Entramos em contato e vários se interessaram em receber em casa os alimentos que eles costumavam comprar na feira que fazíamos na capital. Estamos estudando como será feita esta logística”, disse a coordenadora-geral do Idec.

No início, os produtos comercializados ficarão expostos em barracas alugadas enquanto o Incra/RN espera a chegada dos kits do projeto Feira Modelo da Reforma Agrária. Em sua primeira etapa, a iniciativa vai beneficiar cerca de mil famílias assentadas do Nordeste com barracas padronizadas, lonas plásticas, tapadeira em lona com a logomarca da feira, sacolas plásticas biodegradáveis, bonés, aventais, caixas plásticas para o transporte e acondicionamento de produtos, caixa térmica, placas de identificação com o nome assentamento, sua localização e a quantidade de famílias assentadas.

“Por ser a primeira edição da feira não esperávamos que fosse ter uma aceitação tão boa, que fossemos receber clientes tão diversificados. A população abraçou mesmo a feira, que foi além das nossas expectativas”, afirmou Maria Lúcia. “Alguns clientes compravam, iam deixar os produtos em casa e voltavam para comprar mais”. A qualidade dos alimentos agroecológicos foi elogiada pelos clientes, segundo Maria Lúcia. “Os assentados venderam quase tudo que levaram para a feira”, disse

Os cerca de 20 assentados-feirantes da Feira Agroecológica da Reforma Agrária de São Miguel do Gostoso pertencem aos seguintes assentamentos: Antônio Conselheiro, Santa Fé, Boa Esperança, Ouro Brando e Canto da Ilha (do município de São Miguel do Gostoso); São Sebastião II, Canudos, Planalto do Retiro, Colorado, Chico Mendes e Quilombo dos Palmares (Touros); e Bonsucesso (Pedra Grande).

Entre os produtos comercializados na feira estão hortaliças como alface, espinafre, rúcula, couve, coentro e cebolinha; frutas da estação; feijão verde; macaxeira, batata e inhame; mel de abelha; galinha caipira; e peças de artesanato.

Katia Abreu destaca liderança mundial do Brasil na proteção ambiental – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/05/2015

Ministra discursou em um dos mais respeitados 'think tanks' do mundo, a Chatham House

"O Brasil é o único país do mundo que abre mão de terras produtivas para preservar o meio ambiente e tem isso previsto em lei", disse a ministra da Agricultura, Katia Abreu, em palestra nesta sexta-feira (29), na Chatham House, em Londres, um dos mais influentes think tanks do mundo.

Para uma seleta plateia de 40 influenciadores escolhidos pela instituição - entre eles, ambientalistas de Organizações Não Governamentais de renome, como Greenpeace, dirigentes de áreas de sustentabilidade de empresas e centros de estudos de instituições acadêmicas de alto prestígio, como a Universidade de Oxford - a ministra reconheceu as dificuldades em disseminar as técnicas de sustentabilidade na agricultura, mas destacou os avanços do Brasil nos últimos dez anos.

"No Brasil, a técnica de plantio direto, em cima da palha deixada pelas colheitas de soja, milho e algodão e que impede a liberação de CO2 no meio ambiente, já é aplicada em 92% das lavouras", destacou a ministra. Essa prática, explicou, beneficia o meio ambiente ao mesmo tempo em que permite ao agricultor economizar em fertilizantes, combustíveis e insumos.

Fundada em 1930, a Chatham House já recebeu personalidades de renome mundial, como Mahatma Ghandi, políticos, como Bill Clinton, ex-presidente dos EUA Unidos, e os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, lideranças de instituições internacionais, como a diretora-geral do FMI, Christine Lagard, entre outros.

Na audiência, houve o reconhecimento dos avanços do Brasil na área ambiental, mas também foram levantadas dúvidas sobre o futuro. A ministra destacou o trabalho que está sendo feito pela Assistência Técnica em levar práticas de agricultura sustentável, sobre como produzir melhor e como aumentar a renda que obtém com a produção.

Lembrou ainda que o Código Florestal brasileiro é uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo. "Se nosso código fosse aplicado na Europa, os vinhos de Douro, em Portugal, não existiriam, pois essa legislação não permite que seja feito plantio em morros com mais de 45° de inclinação, como é feito lá nessa região", disse.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa